

Botos e turistas em risco

Parque estuda normas para interação de visitantes com animais em rios da Amazônia

MARCELO DERZI VIDAL

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

As interações de turistas com botos no rio Negro, em Novo Airão (AM), tornaram a cidade mundialmente conhecida. Visitantes brasileiros e estrangeiros encantam-se ao alimentar os botos e nadar com eles. A atividade, porém, vem ocorrendo de modo desordenado, gerando problemas para os animais e os turistas. Uma iniciativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) pode mudar esse cenário, garantindo o bem-estar dos botos e das pessoas que interagem com eles.

A interação de pessoas com animais aquáticos, como baleias, golfinhos, peixes-bois e tartarugas, é sem dúvida extremamente agradável. Pesquisas indicam que esses contatos permitem ampliar o conhecimento sobre as espécies, o que é benéfico para sua conservação, e podem, em alguns casos, ajudar no tratamento de certas deficiências físicas e mentais em humanos. No entanto, ambientalistas opõem-se a tais interações, argumentando que podem modificar o comportamento natural dos animais em seu ambiente.

Na Amazônia, esse tipo de contato ocorre diariamente no Parque Nacional de Anavilhanas, com sede em Novo Airão (AM). Esse parque, situado no rio Negro, tem 350 mil hectares, além de lagos e igarapés, e abriga grande diversidade de animais e plantas. Em Novo Airão, a interação direta com o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*) é hoje a principal atração turística. Turistas do país e do exterior visitam a cidade para alimentar os botos (figura 1), fotografá-los, tocá-los e nadar com eles nas águas do rio Negro. >>>

FOTOS DE MARCELO VIDAL



Figura 1. Turista alimenta os botos que frequentam o restaurante flutuante em Novo Airão



Figura 2. A disputa entre os botos pelo alimento oferecido pelos turistas é visível no flutuante

As interações acontecem junto a um restaurante flutuante, ancorado diante da cidade, mas são realizadas sem qualquer norma ou fiscalização que garantam o bem-estar dos botos e a segurança dos turistas. Os contatos com os animais ocorrem desde 1997, quando a filha da proprietária do restaurante começou a alimentar um boto que visitava o local. Com o tempo, outros se aproximaram, a confiança mútua cresceu e a criança passou a nadar com os animais. Desde então, o ‘flutuante dos botos’, como é conhecido, tornou-se o principal ponto turístico da cidade. Atualmente, 15 animais aparecem no local todos os dias, em busca das porções de peixes oferecidas pelos turistas. Essas porções são vendidas a R\$ 15 pela proprietária do local, gerando críticas de moradores que não lucraram diretamente com a atividade.

AMEAÇA AO BEM-ESTAR ANIMAL O boto-vermelho (também conhecido como boto-cor-de-rosa) é a maior das duas espécies de cetáceos que vivem nos rios amazônicos. Tem a pele rosada e atinge até 2,5 m de comprimento e 185 kg de peso. A outra espécie é o boto-cinza ou boto-tucuxi (*Sotalia fluviatilis*), que chega a 1,5 m e quase 60 kg. Essas duas espécies, excelentes nadadoras, alimentam-se de peixes e outros animais aquáticos. Precisam subir à tona periodicamente para respirar, mas podem ficar submersos por longos períodos, e têm um biosonar para localizar os peixes de que se alimentam e orientar-se dentro d’água.

Parques nacionais, como o de Anavilhanas, têm como objetivo (segundo o artigo 11 da Lei 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Uni-

dades de Conservação da Natureza) preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Não há, no Brasil, leis que proibam a alimentação de animais selvagens em unidades de conservação, mas a prática é vedada pelos regulamentos internos de algumas, como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro. A constatação é do biólogo Luiz Claudio P. S. Alves, que faz doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro sobre as interações humanas com os botos da Amazônia. Alves e outros pesquisadores apontam problemas na interação que ocorre em Novo Airão. Os botos podem receber mais alimento do que precisam, ingerir sacos plásticos e objetos que caem na água ou se machucar na beirada do ‘flutuante’. Já os turistas podem ser feridos involuntariamente, por causa dos movimentos rápidos e saltos dos botos ou do contato com seus dentes.

Além disso, turistas mais afoitos e menos conscientes seguram os botos fora da água no momento em que pegam os peixes oferecidos, para obter uma foto “melhor”, ou oferecem alimentos que não fazem parte da dieta natural dos animais, como salgadinhos e pedaços de pão. “Essas atitudes podem ser consideradas como maus-tratos aos animais, e são proibidas em várias normas específicas”, diz Alves.

Uma delas é o Decreto 6.514, de 2008, cujo artigo 30 proíbe molestar de forma intencional qualquer espécie de cetáceo (botos, baleias, golfinhos), pinípede (focas, leões-marinhos) ou sirênios (peixes-boi), e prevê multa de R\$ 2,5 mil. Alves chama a atenção para o artigo 90 do mesmo decreto, que proíbe realizar quaisquer atividades ou conduta em desacordo com os objetivos da unidade de conservação, seu plano de manejo e seus regulamentos, e estabelece multa de R\$ 500 a R\$ 10 mil.

Analisando o ecoturismo como atividade capaz de auxiliar na conservação do boto-vermelho, em seu mesclado no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), a bióloga Fernanda Romagnoli chegou a presenciar cerca de 80 turistas no flutuante de Novo Airão, todos querendo interagir ao mesmo tempo com os botos. A pesquisadora Vera da Silva, coordenadora do Laboratório de Mamíferos Aquáticos do Inpa, afirma que, “nessas ocasiões, os botos têm seu comportamento natural alterado e mostram maior agressividade entre eles, devido à disputa pelo alimento oferecido pelos humanos” (figura 2).

As condições locais pioraram para os botos em março de 2009, quando foi iniciada a construção do porto da cidade, ao lado do ‘flutuante dos botos’. O porto aumentou o tráfego de embarcações, a poluição sonora e o lançamento na água de objetos e substâncias (sobretudo os óleos usados nos barcos). Os moradores de Novo Airão reclamam que as obras acabarão com a principal praia da cidade e prejudicarão sua principal atração turística: os botos. O projeto também foi criticado por órgãos governamentais. Segundo a Lei 9.985, a implantação de qualquer empreendimento que afete unidade de conservação exige autorização do órgão responsável por sua gestão – no caso, o próprio ICMBio. Como o porto está situado em área do Parque Nacional de Anavilhanas, já em maio de 2009 o ICMBio solicitou a interdição das obras do porto. No entanto, isso não foi suficiente para interromper o andamento das atividades de construção do empreendimento.

ORDENAMENTO DA ATIVIDADE Diante dos problemas frequentes, o Conselho Consultivo do Parque Nacional de Anavilhanas criou, em março de 2010, o Grupo de Trabalho sobre Ordenamento do Turismo com Botos. Segundo a geógrafa Priscila Santos, chefe do Parque, o objetivo desse grupo é “realizar uma série de ações participativas, que resultem em um plano de ordenamento do turismo com botos

Filhas do boto

Uma das mais interessantes lendas da região amazônica é a do boto. Segundo a lenda, em noites de festa, o boto-vermelho transforma-se em um jovem vestido de branco, que usa um chapéu para esconder o orifício que tem na cabeça. O jovem seduz as mulheres desacompanhadas e as convence a entrar nas águas dos rios, onde se engravida. No amanhecer do dia, o rapaz volta a se transformar no boto-vermelho e desaparece. Em comunidades isoladas da Amazônia, a lenda do boto é usada para justificar uma gravidez fora do casamento ou quando o pai da criança é desconhecido. As crianças passam a ser chamadas então de “filhas do boto”.

que contemple os aspectos sociais, econômicos e ambientais, e que possa estimular outras atividades geradoras de renda relacionadas ao uso público no Parque”. O grupo de trabalho é coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (Cepam) e pelo Parque Nacional de Anavilhanas, ambos vinculados ao ICMBio, e conta ainda com a participação do Inpa, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê) e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA).

O ordenamento do turismo com botos na Amazônia permitirá gerar maior conhecimento sobre os botos da região

Para identificar os problemas relacionados ao turismo envolvendo botos em Anavilhanas e planejar ações que ordenem a atividade, foi realizado, em julho de 2010, um seminário público na Câmara de Vereadores de Novo Airão. O evento, coordenado pelo autor deste artigo, reuniu representantes de órgãos oficiais, iniciativa privada e da sociedade. No seminário, foram discutidas as potencialidades turísticas do Parque de Anavilhanas, as experiências de turismo com cetáceos em outras regiões do país, os aspectos bio-

lógicos dos botos, e os impactos positivos e negativos do modelo de turismo desenvolvido em Novo Airão.

Ponto importante tratado no seminário foi a necessidade de ordenar o turismo com o boto-vermelho em todas as áreas onde a atividade ocorre, já que, nos últimos anos, esse tipo de interação vem se repetindo em outros locais, além de Novo Airão. Em outubro último, o grupo de trabalho elaborou uma proposta de ordenamento, sugerindo que o turismo com botos ocorra apenas no interior de unidades de conservação, desde que tenha parecer favorável e monitoramento pelo órgão gestor. A proposta inclui aspectos ligados ao número de turistas, à estrutura mínima e à localização do ‘flutuante’ e ao tempo de observação dos animais, além de normas mais restritivas quanto ao toque e à alimentação dos botos. Enquanto a proposta é analisada nas instâncias competentes, visando à publicação de uma instrução normativa do Ministério do Meio Ambiente, as mudanças sugeridas já vêm sendo praticadas em Anavilhanas.

O ordenamento do turismo com botos na Amazônia, a partir de um processo de tomada de decisões envolvendo a sociedade civil e representantes do governo, permitirá gerar maior conhecimento sobre os botos da região, ainda tão enigmáticos, e significará o início de uma valiosa experiência de gestão compartilhada das nossas áreas protegidas e de conservação da fauna presente em seu interior. **CH**